

9 de novembro de 2020

RELEASE PARA IMPRENSA

PARA DISSEMINAÇÃO IMEDIATA

No dia 12 de novembro, às 10 horas da manhã, em sessão especial do Conselho Nacional de Direitos Humanos, em Brasília e no espaço cibernético, será lançado oficialmente o relatório especial da sociedade civil da *Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos no contexto da Covid-19*, resultado de cinco meses de trabalho de monitoramento, feito pelo Coletivo RPU Brasil, das recomendações feitas pelos demais Estados da ONU ao Brasil.

No mesmo dia, às 18 horas, o relatório será lançado ao público em um dinâmico debate ao vivo, transmitido via YouTube e Facebook, com diversas organizações que participaram na construção do relatório, com uma sessão de perguntas e respostas com a audiência, e a presença de uma convidada muito especial, a ex-presidente do CNDH e ex-Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – MPF –, Deborah Duprat, para refletir e comentar sobre os resultados das apresentações e do debate na atual conjuntura brasileira.

O Relatório RPU analisou doze temas relacionados aos direitos humanos no Brasil, agrupando os temas por nível de vulnerabilidade e setores sociais específicos, de acordo com as recomendações da Revisão Periódica Universal: 1. Povos Indígenas e Meio Ambiente; 2. Sistema prisional, Combate à Tortura e Segurança Pública; 3. Saúde; 4. Gênero e sexualidade; 5. Educação; 6. Racismo, Retrocessos, Desigualdades, Austeridade e Direitos; 7. Moradia Urbana, Cidade e Alimentação e Nutrição Adequadas; 8. Direitos Humanos e Empresas; 9. Defensores e Defensoras de DH, Direito à Transparência e Informação e Democracia; 10 Migrantes e Refugiadas/os; 11 Trabalho e Renda; 12 Crianças e Adolescentes.

A partir da análise feita em bases de dados oficiais e cruzamento com estudos produzidos pela sociedade civil organizada, das 190 recomendações avaliadas, 47 são consideradas em parcial cumprimento, apenas 1 cumprida e, a maioria, 142, são consideradas não cumpridas. Destas, o Coletivo RPU Brasil ainda considera que 64 estão em situação de retrocesso. O que significa que, além de não cumprir mais da metade das recomendações, o Brasil está na contramão do cumprimento de, ao menos, 26,44% da totalidade das recomendações do 3º ciclo de recomendações da RPU. Foi identificado que o desmonte de programas socioambientais do governo federal, com severos cortes em diversas áreas devido à Emenda Constitucional 95/2016,

9 de novembro de 2020

ou teto de gastos, é um dos elementos quantitativos determinantes para os retrocessos e estagnação no cumprimento dos direitos humanos no país.

RPU, ou Revisão Periódica Universal, é um mecanismo de monitoramento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, criado em 2006, em que os países, a partir de relatórios submetidos ao organismo, fazem recomendações uns aos outros para que melhorem a situação dos direitos humanos em todo o mundo. A revisão e submissão de relatórios são feitas a cada quatro anos e meio, correspondente a um ciclo. No entanto, os governos e a sociedade civil também são encorajados a submeter relatórios de meio período (a cada dois anos) para construir a consistência temporal do monitoramento.

A partir de 2018, um coletivo articulado composto por 26 organizações não governamentais brasileiras, movimentos sociais e redes, sob a liderança do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH –, de Joinville, com apoio da FES – Friedrich Ebert Stiftung – e da ONU Brasil, passou a monitorar a situação dos direitos humanos no país utilizando como roteiro o debate que ocorre no organismo multilateral em Genebra. Atualmente o grupo é **formado por 30 entidades** de todas as regiões do país.

Este é o segundo relatório preparado pelo Coletivo RPU Brasil, que foi impulsionado a produzi-lo devido ao evidente agravamento das violações de direitos humanos durante a pandemia Covid-19 no Brasil. Os números e as histórias falam por si.

Para mais informações, acesse os relatórios passados aqui: <https://plataformarpu.org.br/publicacoes> Para acesso a relatório que será lançado em versão embargada entre em contato.

CONTATO PARA IMPRENSA

Fernanda Lapa | Telefone/Zap: (47) 988.665.536 | flapa@iddh.org.br

EVENTOS DE LANÇAMENTO DO RELATÓRIO | 12.11.2020

10:00–12:00 Conselho Nacional de Direitos Humanos – Brasília (evento fechado)

18:00–19:00 LIVE pública nos canais da Justiça Global

youtube.com/user/JusticaGlobalBrasil e facebook.com/justicaglobal

- Transmissão cruzada nos canais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação facebook.com/campanhanacionaldireitoeducacao e youtube.com/user/campanhaeducacao, da Gestos facebook.com/gestospe e youtube.com/user/gestoscomunica, do Geledés facebook.com/geledes, Rede de Cooperação Amazônica facebook.com/RedeRCA e youtube.com/user/RcaRede, do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) facebook.com/iepeinstituto, e do IDDH facebook.com/iddhjoinville/ e youtube.com/channel/UCXuP5nDTdY90WqghEemD2Iw